



As discussões sobre como se manifestam a natureza e o clima no Semiárido a partir dos períodos de chuvas e de estiagens, sempre estiveram na base das ações do Irpaa. Nos primeiros anos de sua existência, quando a instituição atuava basicamente na divulgação da proposta da Convivência, muitos agricultores e agricultoras que, durante duas semanas, participavam da Escola de Formação do Irpaa (inicialmente chamada de Escola de Lavradores/as) despertaram para essa questão da água no Semiárido.

As metodologias e didática utilizadas mostravam a viabilidade da Convivência com o Semiárido, especialmente tendo como demonstração a própria natureza, com sua capacidade de adaptação dos animais e plantas. Diversas tecnologias também eram mostradas, muitas delas vistas pela primeira vez pelos/as agricultores/as, como era o caso de diferentes tipos de cisternas.

Muitos agricultores/as e agentes de organizações populares, depois de conhecerem o Irpaa, começaram a afirmar com muita propriedade que na região semiárida chove, embora de forma irregular no tempo e no espaço geográfico, o suficiente para abastecer as cisternas, barreiros, caxios e

gerar pasto para a criação. Eles/elas afirmavam ainda que, com o clima semiárido, a vocação natural do sertão não é a agricultura, e sim, a criação de animais de pequeno porte como caprinos, ovinos, suínos, aves. Via-se também que se armazenar a água da chuva, produzindo forragens e aproveitando bem as safras de frutas nativas ou adaptadas à Caatinga, as pessoas podem viver bem nessa região sem temer os efeitos da seca.

O acesso à terra em tamanho suficiente, somado ao aproveitamento da chuva e da água subterrânea, representa a base para se viver bem nessa região. Entretanto, o controle da terra e da água a partir do domínio político e econômico e as formas de exploração do povo por meio das políticas assistencialistas e manutenção de uma “indústria da seca” também estão no centro das questões em torno da água no Semiárido. Junto com isso, apesar de muitas mudanças, mantém-se até hoje a lógica do “combate à seca”, termo e prática que se pretende abolir em tempos que se fala em Política Nacional de Convivência com o Semiárido.

Atualmente, as diferentes formas e tecnologias de armazenar a água da chuva fazem parte de muitos projetos que visam o abastecimento e segurança hídrica nas áreas rurais do Semiárido. A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) vem, ao longo dos seus 15 anos, executando muitas ações nessa perspectiva, a exemplo dos Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Os governos também aderiram às proposições da sociedade civil e nos últimos 12 anos tem sido ampliado os investimentos em nível federal, estaduais e municipais.

Com 25 anos de uma atuação que se consolida a partir dos diálogos com os/as agricultores/as e entidades parceiras, é inegável a contribuição do Irpaa na fundamentação de projetos que visam à mobilização pelo acesso à água nas comunidades do Semiárido. A instituição incentiva e implementa tecnologias viáveis de aproveitamento de água fundamentadas na ideia e nos conceitos da Convivência com o Semiárido, por considerar que não basta construir formas de armazenar e utilizar a água, mas que é preciso conhecer e interagir com a realidade social, política, ambiental e climática da região

### “O SÃO FRANCISCO INTEGRA POVOS E CAATINGAS NO CAMINHO DA CONVIVÊNCIA”, diz COORDENAÇÃO DO IRPAA

O Rio São Francisco atravessa o Semiárido brasileiro, beneficiando cidades e comunidades rurais com o uso de suas águas para consumo humano, dessedentação animal, irrigação, geração de energia, entre outros usos. Nas últimas décadas, com o crescimento das cidades e dos projetos desenvolvimentistas, tem se visto a morte anunciada do Rio São Francisco.



Além do desperdício nesses diversos usos, a poluição por lançamento de esgotos domiciliares, industriais, hospitalares, sem tratamento; a contaminação com agrotóxicos usados na irrigação, especialmente oriundos de monocultivos; a devastação da mata ciliar para uso da madeira, plantio ou construção civil; as investidas na geração de energia com a construção de novas barragens; a morte de seus afluentes; transposições; são alguns das agressões visíveis que o Velho Chico vem sofrendo ao longo de sua Bacia.

Em defesa da vida do rio, da flora e fauna da Bacia do São Francisco, da vida dos povos ribeirinhos e de suas culturas, o Irpaa, desde sua fundação, realiza ações que vão desde a sensibilização da sociedade, à participação em fóruns, redes e comitês que se proponham a discutir e encaminhar questões referentes ao tema. Em 2005, a instituição passou a integrar a Articulação Popular São Francisco Vivo. Esta Rede – o Irpaa se soma a mais de cem organizações populares ao longo de toda Bacia (de Minas Gerais a Alagoas) – tem a função de contestar a lógica capitalista de

exploração do rio e demais bens naturais e defender uma verdadeira revitalização para o Opara (Rio Mar como era conhecido dos povos originários), diferente do projeto que vem sendo executado atualmente pelos governos.

O apoio à resistência e enfrentamento na luta quilombola, indígena, Fundo e Fecho de Pasto, geradores, pescadores/as artesanais, agricultores/as familiares, tem sido uma das prioridades da Articulação. Paralelo a isso, a educação ambiental, as denúncias junto ao Ministério Público, a exigência do Saneamento

Básico nas cidades, a defesa da soberania dos povos ribeirinhos são iniciativas que integram os planos de ação da Articulação Popular. “O Irpaa tem sido parceiro importante ao pautar a volumosa água de chuva e não o São Francisco como o principal manancial hídrico para a vida digna no Semiárido”, diz Ruben Siqueira, um dos fundadores da Articulação.

Representando a sociedade civil do lado baiano do Submédio São Francisco, a ONG é uma das titulares do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. Neste espaço de forte disputa política, tem-se procurado em fazer valer a voz das camadas populares, os anseios apresentados pelas comunidades e organizações populares com as quais constrói as lutas.

“O Rio é o grande gerador de vidas, a grande veia de águas correntes que integra povos e Caatingas no caminho da Convivência com o Semiárido”, finaliza Cícero Félix, da Coordenação Colegiada do Irpaa.



INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA "trabalhando pela convivência com o semiárido"

#### EDITORIAL

## AGORA ESTAMOS CONSTRUINDO UMA POLÍTICA NACIONAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A Convivência com o Semiárido, em si, não é nenhum conceito novo. Representa a prática do homo sapiens na conquista do espaço em sua caminhada pelo globo terrestre. Descobriu como conviver com o clima ártico, com o deserto do Saara e do Sahel, criou diversas formas de convivência com as tantas zonas climáticas da África. Nos declives íngremes dos Andes, conseguiu conviver com o clima de altura, noites geladas e dias quentes. Os estepes da Ásia não foram impedimento dos criadores de ovelhas a descobrirem a convivência também com os ventos fortes, vegetação escassa e invernos severos. Porém, nunca se estabeleceu o paradigma em um vbloco só, nem ninguém o encontrou pronto. Foram milhares de anos de tentativas e erros. Precisavam superar períodos de glaciações, de estiagens durante décadas e repentinos períodos prolongados de chuvas. Perceberam o potencial alimentício de certas gramíneas, retiraram da natureza animais selvagens e se iniciou o processo de domesticação.

No Semiárido brasileiro, no entanto, o estágio da evolução humana se encontrava na fase de coleta, caça e pesca. Os indígenas não conheciam animais domésticos, nem agricultura, mas viviam em convivência com o clima semiárido. No vazio de sementes agrícolas, de animais domésticos, de tecnologias de produção, os Portugueses jogaram seus conhecimentos, suas práticas e tecnologias que conheciam de Portugal. Além disso se aproximaram à região semiárida com olhar do litoral chuvoso.

Assim, para o colonizador era óbvio: se não se colhia nada nas roças, se vacas morriam, era por causa da falta de chuva. Nunca, nem naqueles primeiros séculos da ocupação, nem mais tarde na república ou no século XX, chegavam à conclusão que o errado não era o clima, mas o humano que insiste em criar gado bovino que não é adaptado ou plantar milho que não possui a maleabilidade genética para lidar com a grande irregularidade da chuva. Aqui, o clima normal é caracterizado por chuvas

irregulares, intercaladas com períodos mais secos.

Sem entender tudo isso, se criou o conceito de “combate à seca”, o que significaria combater a natureza, combater o sol, fazer o mar evaporar mais água, arrastar as nuvens sobre o Semiárido. Nos últimos 30 anos, porém, cresceu a Rede de organizações que visam contrapor este paradigma mantido pelas elites dominantes. O Irpaa é uma das entidades precursoras da sistematização dos saberes regionais acerca do modo de vida apropriado às condições climáticas da região. Padre Cícero, Ibiapina, Antônio Conselheiro já pregavam a viabilidade do Semiárido. D. José Rodrigues reforçou.

Após divulgar a proposta por algum tempo, veio depois a missão de contribuir com a consolidação da mesma. Nisto, começa a surgir as possibilidades de institucionalização da Convivência com o Semiárido como políticas de governos. Mais recentemente, com forte incidência da sociedade civil organizada, os Estado da Bahia, Pernambuco, Ceará avançaram na discussão para de políticas públicas, realizando conferências, seminários, etc.

Há uma urgência do Estado brasileiro reconhecer que tem uma dívida com o povo do Semiárido, por isso na pauta das organizações da Articulação do Semiárido brasileiro (Asa) vem sendo colocada a construção de uma Política Nacional, Política de Estado e não de Governo. Uma conquista que começa a se desenhar no cenário político atual, mas que é indispensável a organização popular para que essa construção contemple de fatos os elementos da Convivência.

No horizonte, a Convivência com o Semiárido, um paradigma que procura entender a natureza cada vez mais e organizar a vida e a produção conforme os parâmetros encontrados, garantindo uma divisão justa da terra, o uso racional das águas, dos solos e demais bens naturais, a preservação das culturas e soberania dos povos. É nesta lógica que deve seguir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido. É com base nisso que seguimos em sua defesa.

**se criou o conceito de “combate à seca”, que significaria combater a natureza, combater o sol, fazer o mar evaporar mais água, arrastar as nuvens sobre o Semiárido**

Educação contextualizada contribui para consolidação da Convivência com o Semiárido - p.2



Regularização fundiária: uma dívida histórica com os povos do Semiárido - p.3



COMPREENDER O CLIMA E APROVEITAR A CHUVA SÃO ELEMENTOS BÁSICOS NA AÇÃO DO IRPAA - p.4



Comunicação é um dos cinco eixos de atuação do Irpaa - p.2



Economia Solidária é destaque no incentivo à produção apropriada ao Semiárido - p.3



“O SÃO FRANCISCO INTEGRA POVOS E CAATINGAS NO CAMINHO DA CONVIVÊNCIA”, diz COORDENAÇÃO DO IRPAA - p.4







## EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA CONTRIBUI PARA CONSOLIDAÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

O Semiárido brasileiro ao longo dos anos tem sido o horizonte geográfico de diversos cursos, debates e pesquisas a partir da educação contextualizada para Convivência com o Semiárido. No Sertão do São Francisco, a utilização de elementos contextualizados na prática de ensino-aprendizagem começou a ser difundido pelo Irpaa, na década de 1990.

Inicialmente, este trabalho foi voltado para agricultores e agricultoras, em um espaço de educação não formal. Mas, nesses 25 anos de existência do Irpaa, muitos têm sido os avanços nessa linha de atuação. De forma contínua, nos últimos anos o Irpaa está contribuindo no processo de formação de educadores e educadoras, gestores/as, na sistematização de práticas pedagógicas e orientação da produção de material paradidático no estado da Bahia e em outras regiões, a exemplo do Ceará. Uma das conquistas recentes de todo esse trabalho é o uso dos livros “Conhecendo o Semiárido 1 e 2” (produzido pelo Irpaa em 2005) por estudantes do 4º e 5º ano das escolas municipais de Juazeiro (BA).

Com a proposta de Educação Contextualizada, assegurada pela legislação que regula o sistema educacional no Brasil - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada em 1996 - as instituições de ensino devem trabalhar os conteúdos curriculares de acordo com as necessidades das/dos estudantes e sua realidade local. A Educação Contextualizada é, portanto, fundamentada na desconstrução do currículo educacional universalista, que desconsidera as particularidades da região dos/das professores/os e estudantes. De acordo com Edileuza Alves, colaboradora do Irpaa, trata-se de uma proposta que “toma como



ponto principal o local, a realidade que o povo está. Falar do que a gente conhece, aprender do que a gente conhece é muito mais fácil”. Mas, ela ressalta que a educação não fica presa no local, mas sim estuda antes o local para depois entender o global.

O Eixo também atua em Redes, Fóruns e Conselhos, como a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - Resab, Fórum Estadual de Educação do Campo - Feec, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, entre

outro, levando para estes espaços de decisão a proposta defendida pelo Irpaa.

Atualmente, celebra-se também conquistas no âmbito acadêmico. Além de mais de 20 cursos de especialização em todo Semiárido, este ano teve início o Mestrado em Educação, Cultura e Territórios semiáridos, na Universidade do Estado da Bahia - Uneb, em Juazeiro. A professora Luzineide Dourado, da Uneb e Resab, afirma que a conquista do mestrado é resultado de muitos anos de um trabalho da universidade junto com outros atores que lutaram pela Educação Contextualizada. Luzineide destaca a formação de profissionais que possam atuar em “um Território que tem suas particularidades, especificidades, construção histórica e geográfica” e que entendam que “o Semiárido não é só rural, mas também urbano”.

Considerando esses avanços, Edileuza lembra que “os movimentos propõem a política, provocam a construção da política e acompanham a implementação”. Nesse sentido, para o Irpaa, a construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, deve essencialmente, contemplar esta discussão.

## COMUNICAÇÃO É UM DOS CINCO EIXOS DE ATUAÇÃO DO IRPAA

Ao longo dos anos, a Comunicação sempre foi considerada um tema transversal a ser considerado pelos Eixos centrais de atuação do Irpaa (Terra, Água, Produção, Educação), até se tornar o quinto Eixo em 2012. Para além da assessoria de imprensa, o propósito sempre foi de uma comunicação engajada no ideal da Convivência com o Semiárido, com vistas a contribuir com a consolidação da mesma, potencializando também a divulgação de informações relacionadas à ação de outras organizações sintonizadas com a proposta.

O Eixo Comunicação, que conta atualmente com cinco profissionais da área, desenvolve seu trabalho a partir de algumas linhas: Comunicação Institucional, Comunicação Externa e Comunicação Interna, tendo a Comunicação para Mobilização Social como uma linha transversal. Dentre as atividades destacam-se a divulgação, registro, arquivamento, elaboração e distribuição de peças e materiais para uso didático, e formação. Destaca-se também, a alimentação do site institucional, de redes sociais e a produção do programa semanal de rádio, o “Viva Bem no Sertão”, veiculado em uma emissora comercial e em cinco Rádios Comunitárias da região.

A partir da ação do Eixo, o Irpaa também tem se engajado em lutas, Fóruns, Redes e ações, contribuindo com o aspecto político, a luta pela democratização da comunicação. Nesse sentido, as atividades tem sido constantes no que tange à comunicação como direito, especialmente a partir da ativa participação no Fórum de Comunicação Sertão do São Francisco, colaborando também em formações com públicos diversos como estudantes, agricultores/as, educadores/as, etc. A intenção é sensibilizar a sociedade, mostrando que o modelo hegemônico de

Comunicação no país desconsidera a lógica da Convivência com o Semiárido, tratando a região de forma marginalizada ou invisibilizando-a.

A assessoria de imprensa volta-se para esta necessidade de provocar a reflexão dos conceitos e estereótipos comumente massificados pela mídia convencional, principalmente, nos períodos de longa estiagem. Diante deste esforço, aos poucos, os meios de comunicação tratam a viabilidade do Semiárido, tendo como base a proposta de Convivência defendida pela instituição. Soma-se a isto a credibilidade da mesma, construída a partir das próprias experiências ao longo dos 25 anos, o que possibilita ser bastante procurada por veículos regionais, nacionais e internacionais de comunicação como fonte para falar da região semiárida e da proposta de Convivência.

Todo este trabalho estende-se também aos movimentos sociais e organizações parceiras quando se trata de posicionamentos e ações ligadas aos princípios e missão do Irpaa. Exemplo disto é quando a equipe é chamada para acionar os meios de comunicação para cobertura de eventos e divulgação de pautas que não são específicas do Irpaa, mas relacionam-se com a proposta de Convivência com o Semiárido, a exemplo das questões ligadas ao Rio São Francisco, à questão fundiária, à organização popular de forma geral.

Como consequência, tem-se a divulgação positiva da entidade e, principalmente, da proposta de Convivência com o Semiárido. “Ao mostrar experiências e resultados positivos, formamos uma opinião junto à sociedade e de modo especial junto aos agentes responsáveis pelas políticas de desenvolvimento dessa região”, avalia o Eixo. Isso resulta em parcerias, as quais são divulgadas nos meios de comunicação.



## REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA DÍVIDA HISTÓRICA COM OS POVOS DO SEMIÁRIDO

Sem terra em quantidade e qualidade suficientes não se pode pensar em Convivência com o Semiárido. Antes de mais nada, isto representa algo que o próprio clima semiárido impõe, pois exige que as plantas tenham mais espaço para colher sua água e seus nutrientes. Não é diferente com as/os agricultores/as familiares, precisam de muito mais terra, do que em áreas mais chuvosas.

Mas a realidade é outra. Os Governos fazem propaganda da distribuição de títulos de terra, com 10, 20 hectares, enquanto ao lado um único proprietário possui milhares de ha. A prioridade do uso da terra tem favorecido o agronegócio, a mineração, irrigação e outros grandes projetos desenvolvimentistas que se apropriam de grandes áreas de terra e destroem os Biomas, poluem o ar, as águas, os solos e expulsam as famílias do campo, o que viola uma série de direitos, inclusive o direito à viver na e da terra.

Um jeito próprio de viver no Semiárido é o uso coletivo da terra, sem cercas, como acontece nas áreas de Fundo e Fecho de Pasto. Este modelo é o que mais se aproxima à constituição natural da Caatinga, pois, ao mesmo tempo, uma área reúne produtividade com preservação da natureza. “Sem o Fundo de Pasto a gente não tinha como viver aqui (no campo)”, explica um dos integrantes da Associação de Fundo de Pasto de Serra Grande, em Curaçá, em referência a importância das áreas coletivas usadas para o extrativismo e a pecuária com animais de médio porte. “Historicamente, as comunidades tradicionais foram invisíveis a sociedade. A grande luta hoje é para nos tornarmos visíveis”, afirma José Edimilson Alves, de Serra Grande.

Estas comunidades dependem basicamente do acesso à terra em tamanho apropriado para garantir sua produção e seu modo de vida. Mas este direito não tem sido assegurado. Não só no Semiárido, mas em todo país a questão agrária não tem avançado, ao contrário, retrocedeu. A defesa dos Territórios tradicionais tem sido feita com dificuldades, com ameaças às famílias camponesas e movimentos sociais, muitas vezes até



as/os colaboradores/as do Irpaa tem intensificado o trabalho de formação e organização política da equipe técnica e nas comunidades, priorizando o acompanhamento às comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, além das mobilizações e lutas dos movimentos e organizações populares.

As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto vivem no Semiárido baiano e fazem o uso coletivo da terra, utilizando os recursos naturais disponíveis no Bioma Caatinga e Cerrado de forma racional e sustentável.

Foi publicada no Diário Oficial da Bahia, em outubro de 2013, a Lei Nº 12.910 que trata da “regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pasto”. A Lei foi uma reivindicação dos movimentos sociais organizados, porém, da forma como foi aprovada não contemplou os anseios populares, especialmente das comunidades rurais, objeto central da Lei. O Eixo Terra explica que alguns itens da Lei desrespeitam direitos fundamentais e históricos das comunidades tradicionais, “por exemplo, o estabelecimento de prazo para protocolar o auto reconhecimento, limitado para 31 de dezembro de 2018”.

Outra questão da Lei é que não é garantido o direito à propriedade da terra coletiva para as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, mas uma concessão de direito real de uso, o que não garante a estabilidade das comunidades tradicionais. É urgente, portanto, fortalecer a defesa da Terra e Territórios para garantir a vida e o jeito de viver das famílias do Semiárido.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA É DESTAQUE NO INCENTIVO À PRODUÇÃO APROPRIADA AO SEMIÁRIDO

Desde sua fundação, o Irpaa acredita e contribui com um modelo de desenvolvimento baseado na Agricultura Familiar, onde as próprias comunidades encontrem formas viáveis para garantir uma vida digna no Semiárido. Isto pode se dar a partir da criação de animais de pequeno e médio portes, extrativismo, beneficiamento de matérias-primas locais, ações que podem ser fortalecidas a partir do cooperativismo e associativismo, tendo como base os princípios da Convivência com o Semiárido, em especial a preservação dos Biomas Caatinga e Cerrado.

Nos últimos anos, o conceito e a prática da Economia Solidária (Ecosol) tem facilitado o crescimento da Rede de organizações que materializam suas experiências produtivas, fazendo valer a lógica da sustentabilidade social e ambiental. O Irpaa, por meio do Eixo Produção, tem acompanhado muitos desses grupos, colaborando assim com o aumento da capacidade de organização, construção de instrumentos de gestão participativa, gerenciamento desses empreendimentos (no âmbito familiar e comunitário), estímulo ao beneficiamento de produtos oriundos da região. Facilitar o acesso às políticas públicas voltadas para Agricultura Familiar, a exemplo da comercialização nos mercados institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e Pnae (Programa

Nacional de Alimentação Escolar), bem como viabilizar a participação em Feiras, exposições, também tem sido uma das frentes de atuação que incentiva a produção apropriada à região.

Muitas dessas associações e cooperativas estão integradas à Rede Sabor Natural do Sertão, presente em alguns estados do Semiárido. De acordo com Paulo César Santos, colaborador do Irpaa, ao longo da assessoria “foram realizados trabalhos de aproveitamento, melhoramento dos empreendimentos, tudo na busca pela Convivência com o Semiárido”. Esse acompanhamento compreende a fundação de cooperativas e associações, elaboração de plano de negócio e estratégico, formações continuadas com diversas temáticas, auxílio na compra e venda coletivas de produtos. O suporte na criação das marcas, elaboração de rótulos e peças de divulgação dos empreendimentos, muitas vezes, também contam com o apoio do Irpaa.

O estímulo à participação das mulheres nessas iniciativas comunitárias e solidárias tem sido um dos resultados neste ano de assessoria, comenta Paulo César. O engajamento na discussão, construção e implementação das Políticas Públicas para Convivência com Semiárido é algo que o Irpaa tem incentivado, buscando garantir a equidade de gênero e o protagonismo da juventude nesses espaços de consolidação da proposta.



## EXPEDIENTE

O Informativo Luz do Semiárido é uma publicação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - Irpaa. Produção textual e gráfica: Eixo Comunicação. Revisão: Haroldo Schistek (Presidente). Fotos: Acervo Irpaa. Tiragem: 2.000 exemplares. Contatos: www.irpaa.org/irpaa@irpaa.org/ (74) 3611-6481. Endereço: Av. das Nações - N° 04, Juazeiro - BA.